

**Comércio regional e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX.**

Leandro Braga de Andrade<sup>1</sup>

**Palavras Chaves:** Comércio, região, sociedade.

**Resumo**

O objetivo do texto apresentado é estudar a função do comércio regional nas articulações mercantis e também na hierarquia social em Minas Gerais. O comércio de produtos regionais e importados obteve capacidade de acumulação suficiente para gerar uma elite local. Na cidade de Mariana, um grupo de grandes comerciantes articulava a circulação desses produtos e do controle do crédito informal, conferindo-lhes certo prestígio. Na análise foram utilizadas Relações de Casas de Negócio do ano de 1836, as listas de habitantes das décadas de 1820 e 1830, inventários *post mortem* e registros de escravos na polícia da corte do Rio de Janeiro. A trajetória dos negociantes de Mariana não indica inversão dos investimentos para terras e escravos, mas manutenção no tempo do investimento no setor comercial.

**Key works:** market, region, society

**Abstract**

The objective of the text presented is studying the role of regional trade market in the mercantile joints and also in the social hierarchy in Minas Gerais. The regional trade in goods and imported returned accumulation capacity sufficient to generate a local elite. In the city of Mariana, a group of large traders articulated the movement of these products and control of informal credit, giving them certain prestige. In the analysis were used the *Houses of Business Relations* in the year 1836, the Lists of Habitants of decades of 1820 and 1830, *Inventories post-mortem* and *Records of slaves in the police court of Rio de Janeiro*. The trajectory of traders by Mariana does not indicate reversal of investment in land and slaves, but maintained in time of the investment in commercial sector.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

**Comércio regional e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX.**

Os setores da economia voltados para o mercado interno têm ganhado importante destaque nas pesquisas que demonstram a capacidade de acumulação gerada pela circulação de produtos no interior do Brasil durante a primeira metade do século XIX.<sup>2</sup> Da mesma forma, ocorre com as abordagens regionais, que destacam Minas Gerais, no período, como um diversificado complexo mercantil relacionado com o consumo interno ou com o abastecimento de outras regiões.<sup>3</sup>

Na esteira de tais abordagens, as análises de realidades micro-regionais podem desvendar o setor produtivo ou comercial mais intrinsecamente ligado à acumulação gerada pela circulação de mercadorias, além da formação ou reprodução de uma hierarquia social.

A agropecuária, base econômica da região do Termo de Mariana, na região central de Minas, foi capaz de gerar um circuito comercial disseminado pelas estradas, arraiais e centros urbanos. O mercado de gêneros alimentícios, bebidas, importados (entre eles escravos), produtos da transformação doméstica e o crédito informal serviram como pólo de interligação e interdependência de parte significativa da população: roceiros, fazendeiros, artesãos, vendedores e grandes negociantes. Dessa forma, torna-se imperativa a análise da inserção econômica e social daqueles homens e mulheres que de alguma forma mercanciaram pelas ruas, estrada e praças da região.

A análise das Relações de Casas de Negócio do ano de 1836, das listas de habitantes das décadas de 1820 e 1830, de inventários *post mortem* e de registros de escravos na polícia da corte do Rio de Janeiro apresenta um grande potencial para investigação do perfil social, econômico e das estratégias de acumulação dos comerciantes.<sup>4</sup> Dessa forma, é que se pretende contribuir para o estudo do papel do comércio na estratificação social em Minas Gerais, oferecendo também subsídios para a compreensão da articulação do setor comercial mineiro com outras regiões.

No caso de Mariana, mesmo tendo um perfil mais modesto do que grandes centros comerciais como São João Del Rey e o Rio de Janeiro, foi possível identificar, entre os

---

<sup>2</sup> A formação de uma elite nobiliárquica formada pela acumulação interna de capital nos fins do período colonial e início do Império recebeu destaque nas pesquisas FRAGOSO, 1998; FRAGOSO e FLORENTINO 2002.

<sup>3</sup> Sobre a diversificação regional e os níveis de mercantilização da economia mineira ver GODOY, 2004; PAIVA, 1996; LIBBY, 1988; ALMEIDA, 2001; GRAÇA FILHO, 2002;

<sup>4</sup> O cruzamento das Relações de casas com listas de habitantes selecionou 39 dos 84 comerciantes da freguesia de Furquim e 46 dos 94 comerciantes de Mariana (vila);

3

comerciantes, uma grande capacidade de acumulação, além da manutenção no tempo do investimento na atividade mercantil.

A intensa circulação de mercadorias nos centros urbanos da mineração, a diversificação produtiva e econômica de Minas Gerais propiciou, ao longo do século XVIII, algum nível de acumulação por parte de negociantes. Os grandes comerciantes, apesar da resistência da elite nobiliárquica local, conseguiram inserir-se no universo dos *homens bons* e de prestígio da capitania (ALMEIDA, 2001).

Mesmo quando a extração aurífera passou por forte enfraquecimento e o centro dinâmico da economia mineira migrou para a agropecuária, sobretudo a da região sul da capitania, a estrutura historicamente montada de uma rede de negócios e conexões permanece. No alvorecer do oitocentos a agropecuária despontava como campo dinâmico da economia mineira e o crescimento do setor (acompanhado do aumento demográfico) trazia consigo forte aumento da circulação e conseqüente prosperidade do setor comercial. Segundo Afonso Graça Filho, em estudo sobre São João Del Rey no século XIX, a agricultura de abastecimento subsidiou o afortunamento de grandes comerciantes naquela cidade, que ao mesmo tempo financiavam a produção. A praça sanjoanense funcionava como centro atacadista, financeiro, usuário e intermediário dos negócios interprovinciais, sobretudo com a corte do Rio de Janeiro (GRAÇA FILHO, 2002).

O termo de Mariana possuía 11,5% das casas comerciais de Minas Gerais. A maioria delas dedicadas ao comércio da aguardente, cuja produção e o consumo se destacavam na economia local. Além de vendas de aguardente, havia os armazéns e lojas, estabelecimentos diversificados, propriedade de comerciantes que tinham articulação com outras regiões de Minas e também com outras províncias.

Nos distritos das áreas rurais do termo de Mariana, os estabelecimentos eram mais modestos, sendo em muitos casos extensão da propriedade agrícola. O cruzamento das relações de casas de negócio com as listas habitantes da freguesia de Furquim revelou que a maior parte dos comerciantes foi listada também como lavradores.<sup>5</sup>

Para o caso dos pequenos lavradores, ter uma casa comercial servia para repassar a produção sem depender de atravessadores. Muitas fazendas possuíam suas próprias tropas de

---

<sup>5</sup> Dos 84 comerciantes da freguesia de Furquim, área rural do município de Mariana abordada aqui para efeito de comparação, 39 foram encontrados nas listas de habitantes de 1838, com os dados dos quais foi possível encontrar o perfil ocupacional dos donos dos estabelecimentos.

4

bestas, cavalos e bois de carro, responsáveis pelo transporte das mercadorias até os arraiais e centros urbanos. Era comum também que fazendeiros e sitiantes estabelecessem pontos de vendas ao longo das estradas com intuito de comercializar parte da sua produção. Ao mesmo tempo, ofereciam e cobravam pelo acesso a instalações de hospedagem e alimentação para os animais. A complementaridade entre fazenda, rancho e venda foi destacado por Godoy (GODOY, 2004, p. 303 e LENHARO, 1979 : 77).

Já para o caso de Mariana (vila), a maior parte dos comerciantes provavelmente vivia somente, ou principalmente, do comércio. Aqui o setor parece ter tido uma importância muito maior, funcionando, não apenas como centro de trocas da produção regional, mas também como centro atacadista e usurário.<sup>6</sup>

A ocorrência de esvaziamento demográfico sugere que nas primeiras décadas do século XIX Mariana passou por certa estagnação econômica, decorrida da crise do ouro, no entanto, parece ter sido através do comércio que a cidade se reergueu. Na ocasião da visita de Saint Hilaire a cidade, o viajante destacou a redução das lavras de ouro e o fechamento do seminário por falta de recursos. Para completar o quadro desolador da economia local, assegurou que “O comércio dessa cidade limita-se ao consumo interno; existem poucas lojas, e apenas dois ou três comerciantes ricos” (SAINT HILAIRE, 1938: 152).

A descrição de Saint Hilaire não corresponde ao quadro denunciado pelas Relações de Casas de Negócio e as listas de habitantes. Em 1819 foram listados 49 chefes de domicílios como comerciantes, em 1831 foram registrados 60 e na Relação de 1836, os negociantes somaram 94. Mesmo que a estagnação econômica tenha atingido a cidade, Mariana não se transformou numa “vila de domingo” e mostrou fôlego nas atividades comerciais nas décadas de 1830 e 1840.

Tudo indica que não foi apenas o caráter eventual versus uma maior especialização que diferenciaram a área rural do centro urbano, no tocante ao comércio. Enquanto que em Furquim, apenas 26% dos comerciantes eram brancos, em Mariana essa proporção foi de 52%. Esse é um importante sinal de que o comércio era a atividade que concentrava a elite da cidade.

Além disso, o acesso à propriedade de escravos também foi diferente dependendo da localidade. Em Furquim 47% dos chefes selecionados tinham escravos, enquanto que em Mariana essa proporção chegou a 75%. O dado revela mais um indício da maior capacidade de acumulação entre os comerciantes marianenses. Porém, foi comum às duas localidades o

---

<sup>6</sup> Dos 94 comerciantes de Mariana (vila), 46 foram encontrados na lista de habitantes de 1838.

5

predomínio da pequena propriedade de escravos. Em Furquim, somente 3 chefes de domicílios comerciantes tinham 11 ou mais escravos, já em Mariana eram 4 aqueles que superaram a quantia de uma dezena de cativos.

Em pesquisa sobre o perfil dos comerciantes de toda a província de Minas Gerais, Godoy notou que 60,4% dos fogos chefiados por donos de casas de negócio não tinham mais que 3 escravos. A maior participação dos escravos aparece naquelas unidades onde o comércio não era a principal atividade econômica (GODOY, 2004 : 290). O autor ainda comenta que parte dos comerciantes adquiria escravos para serem empregados em outras atividades, como a agropecuária, haja vista a diminuta demanda de mão-de-obra nas atividades comerciais (GODOY, 2004 : 286).

#### **Acumulação e hierarquia social no comércio marianense**

O setor comercial apresentou grande potencial de acumulação na vila de Mariana no segundo quartel do século XIX. Já os distritos das áreas rurais apresentaram característica mais modesta.

A análise da composição dos bens de comerciantes de Furquim revelou profunda predominância dos investimentos em bens agrícolas e em escravos. Além disso, os comerciantes não estavam entre os homens mais ricos. Os grandes fazendeiros, produtores de alimentos, criadores de animais e aguardenteiros, provavelmente estavam ligados ao comércio com centros urbanos mais longínquos.<sup>7</sup>

Na vila e sede do termo de Mariana concentravam os grandes negociantes que monopolizavam o comércio atacado de produtos da terra (como a aguardente) e importados (como tecidos, ferramentas e escravos). A atividade comercial, diferente de Furquim, representou o principal investimento tanto para pequenos vendeiros (algumas vezes articulado com ofícios como o de alfaiate, ferreiro e carpinteiro) quanto para os grandes negociantes. Esses últimos, pelo menos no período abordado pela pesquisa, enriqueceram através do comércio e se mantiveram como negociantes, mesmo investindo em terras e escravos.

---

<sup>7</sup> Essa caracterização emergiu da quantificação dos bens dos inventários de 9 comerciantes da freguesia de Furquim nas décadas de 1830 e 1840.

6

O cotejamento da composição dos bens dos comerciantes marianenses também indicou característica diferenciada daquelas encontradas para Furquim.<sup>8</sup> As dívidas ativas, decorrentes de empréstimos a juros, de vendas de mercadorias no atacado e do comércio de escravos, representaram parte majoritária dos investimentos, 52% do total, enquanto que os bens agrícolas representaram 12% e os bens investidos em escravos não superaram 23%.

A participação majoritária de dívidas ativas nos investimentos dos comerciantes inventariados revela que mesmo ao final da vida não havia tendência de conversão do capital acumulado no comércio para bens agrícolas. Ou seja, o pressuposto de um ideal aristocratizante que transmutava o negociante em fazendeiro, advindo do desejo de inserção social restringido pela imagem negativa do comerciante, desde os tempos coloniais, não parece se concretizar em Mariana<sup>9</sup>.

Afonso Graça Filho também apresenta inferências semelhantes a respeito da possível conversão do grande comerciante em fazendeiro, como manifestação de um ideal *aristocratizante, que sacrifica o lucro mercantil em prol do status de senhor de homens e terras*. Segundo o autor, em São João Del Rey, “estas atividades são exercidas concomitantemente e a busca de um ideal de vida aristocrática pelos negociantes é mais bem simbolizada pelo status social do controle do crédito e títulos nobiliárquicos ou militares” (GRAÇA FILHO, 2002 : 89).<sup>10</sup> Em Mariana, a atividade comercial também não impediu o alcance do status social, seja pelo controle do crédito ou pela aquisição de títulos na guarda nacional.

O *gozo do prestígio social*, advindo do domínio rural, também não parece ter convencido Manoel José de Carvalho, um dos grandes comerciantes da região no final da década de 1830, viveu até a sua morte na cidade e mesmo investindo em atividades agrícolas não abandonou a mercancia. Provavelmente, ele e outros comerciantes faziam parte de famílias enraizadas na cidade e que no passado haviam sido engajadas na mineração. Talvez Mariana, por ter sido um centro econômico de dimensão regional não teria funcionado como zona de atração de muitos aventureiros e o comércio tenha sido dominado por antigos mineradores e/ou fazendeiros.

---

<sup>8</sup> Foram encontrados 10 inventário de comerciantes de Mariana abertos nas décadas de 1830 e 1840, a partir do cruzamento de nomes contidos na Relação de Casas de Negócio.

<sup>9</sup> Segundo Sheila de Castro Faria, em estudo sobre o interior fluminense, os núcleos urbanos coloniais representavam passagem transitória na vida do comerciante que logo se transmutava em senhor de terras e de escravos. (FARIA, 1998. p. 165-166).

<sup>10</sup> Graça Filho faz referência à tese do *arcaísmo como projeto* de João Fragoso e Manolo Florentino que detectaram na elite mercantil carioca, da primeira metade do século XIX, uma tendência à conversão do capital mercantil em direção ao capital produtivo (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001. p. 221-237).

Manoel José de Carvalho foi listado em 1819 como *lavrador, mineiro e negociante*. Na ocasião foram listados apenas 5 escravos em seu domicílio. Durante a década de 1820 até o ano de 1832 foram identificados 9 passagens do comerciante no registro de escravos na Polícia da Corte do Rio de Janeiro. As remessas de cativos somaram 136 peças em 11 anos. Na lista nominativa do distrito de Mariana em 1831, encontrou-se novamente o domicílio de Manoel José, dessa vez identificado como lavrador e comerciante, além de trazer o título de Sargento-Mor. Este possuía também 13 cativos, dos quais 9 eram africanos.

Já em 1836 o seu nome aparece listado nas Relações de Casas de Negócio, como proprietário de Loja de Fazendas Secas. Apenas 3 anos mais tarde, por decorrência de seu falecimento, foram inventariados todos os seus bens que somaram 89:970\$867. Além de 3 casas situadas na cidade, terras minerais em Antônio Pereira, o sargento-mor possuía também uma fazenda completa (no valor de 6:500\$000) com engenho, moinho, plantação de milho, feijão, cana, arroz e criação de gado bovino e suíno. Cerca de 19% de seus bens estavam investidos em 60 escravos, dos quais 6 eram africanos e 54 eram crioulos. Possuía mais de 5 contos investidos em mercadorias do estabelecimento comercial e 55% de toda a riqueza destinada às dívidas ativas. Manoel José de Carvalho emprestava pequenas quantias a juros ou faziam vendas a prazo nos estabelecimentos comerciais, sendo seus principais devedores comerciantes de menor porte da vila ou de distritos vizinhos.

Nunca é demais lembrar que a movimentação comercial e creditícia de Mariana não contavam com o mesmo nível de complexidade e acumulação que a praça de São João Del Rey. Além disso, ainda não foi possível contemplar os níveis de dependência dos comerciantes Marianenses em relações aos negociantes de maior expressão, seja em outras praças mineiras ou no Rio de Janeiro. O fato é que essa conexão existiu e pode ser atestada pelo rastreamento dos comerciantes marianenses nos códices da Polícia da Corte do Rio de Janeiro. A tabela abaixo descreve as passagens de alguns deles e o número de escravos registrados.

**Participação dos comerciantes marianenses no tráfico de escravos. 1817-1832.**

Nome	Comércio*	1817-1820	1821-1825	1826-1832
Manoel José de Carvalho	Loja		56	80
Honório José Ferreira Armondes	Armazém	44	134	36
José Alexandre Ramos	Armazém		8	8
José Ferreira de Oliveira	Loja		18	6
Manoel José de Magalhães Barros	Loja			21
Antônio José de Souza Guimarães			10	51

**Fonte:** Passaportes e Remessa de escravos. Polícia da Corte. Códices: 421 e 424. Arquivo Nacional.

\* Tipo de estabelecimento em 1836.

Entre 1817 e 1832 mesmo que em anos alternados, foram identificados diversos registros de comerciantes de Mariana, sendo que Manoel José de Carvalho e Honório José Ferreira Armondes foram os mais assíduos. A primeira conclusão que esses achados nos fornecem é que o comércio de Mariana não estava restrito aos circuitos locais. Mesmo que ainda não se possa mensurar todos os elementos desse contato, de alguma forma a produção local também alcançava o principal centro da economia brasileira e por outro lado demandava escravos e manufaturados. Infelizmente, somente com os cruzamentos feitos, não se pode calcular a medida da entrada de africanos na região. No entanto, já podemos afirmar que essa inserção existiu e que era feita pela elite de negociantes locais.

Diante da análise apresentada podemos inferir que a circulação regional e inter-regional de mercadorias produziu significativa acumulação e demarcou a hierarquização da sociedade mineira oitocentista. Por outro lado, ainda está por fazer um estudo comparativo, incluindo as conexões, de outras praças mercantis de cidades mineiras no século XIX. O estudo que apresentamos é preliminar, assim como as inferências emergidas da análise. Ainda são necessários estudos que busquem aspectos como as conexões que existiam entre as diversas praças mineiras, os grandes fazendeiros escravistas da agropecuária e outras regiões do Brasil. Além do mais, a própria posição dos comerciantes na estratificação e no domínio político regional também merece atenção na medida em que se considera o mercado interno dinâmico e com capacidade de acumulação.

### Fontes manuscritas

AHCSM, *Inventários post mortem*, 1º e 2º ofícios, 1819-1850.

AHCMM, códice 727, *Relação de habitantes do distrito da cidade de Mariana*. 1819.

AHCMM, códice 663, *Relação de habitantes da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim do Termo da Cidade de Mariana*. 1821.

APM, Código 6107. SPPP/6 – D44. *Relação de Engenhos e Casas de Negócio. Furquim*.1836.

APM, Código 6115 SPPP 1/6 – Cx7- D3. *Relação de Engenhos e Casas de Negócios. Ponte Nova*.1836.

APM, Código 6110 SPPP SPPP 1/6 – Cx5- D13. *Relação de Engenhos e Casas de Negócios. Mariana*. 1836.

Arquivo Nacional, Códices: 421 e 424. *Passaportes e Remessa de escravos. Polícia da Corte*. 1817-1832.

### Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho *Homens ricos, homens bons: Produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado Niterói. ICHF/UFF. 2001.

ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e Estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1821-1850*. Dissertação de Mestrado. PPGH. FAFICH. UFMG. 2007

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1998.

FRAGOSO, João Luíz Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto-mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro*. 1790- 1840. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

\_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei ( 1831 – 1888)*. Editora Annablume. São Paulo. 2002.

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de doutoramento. São Paulo. FFLCH/USP, 2004 B.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo.1979.

PAIVA, Clotilde. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. . Tese doutorado. USP. São Paulo. 1996

SAINT HILAIRE, Auguste . *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Cia Editora Nacional. São Paulo. 1838.